

Projeto de educação especial e inclusiva *mais aprendizagem*: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

Special and inclusive education project more learning: learning issues by the monitor's look

Carolina Agostinho de Jesus
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa-Brasil

Wiron de Araújo Holanda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Iguatu-Brasil

Rodrigo Alves Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Acopiara-Brasil

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender, na percepção do monitor de educação especial e inclusiva, em que medida o Projeto *Mais Aprendizagem*, da prefeitura de Iguatu, Ceará, contribui para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência. O estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, fez o uso de questionário no *Google Forms* com nove perguntas: cinco objetivas, duas subjetivas e duas objetivas com justificativa, aplicadas a 26 monitores de educação especial e inclusiva. Os resultados apontam que o projeto *Mais Aprendizagem* contribui de forma significativa no desenvolvimento de aprendizagem do aluno com deficiência, mesmo que a maioria dos monitores não se sintam preparados para exercer a monitoria. Os monitores acreditam que é possível a aprendizagem do aluno com deficiência quando esse aluno tem um suporte adequado da escola e da família.

Palavras-chave: Inclusão; Monitor; Projeto Mais Aprendizagem.

Abstract

The overall objective of this research was to understand, from the perspective of special and inclusive education monitors, the extent to which the *Mais Aprendizagem* (More Learning) Project, run by the municipality of Iguatu, Ceará, contributes to the learning development of students with disabilities. The exploratory and descriptive study, with a qualitative approach, used a *Google Forms* questionnaire with nine questions: five objective, two subjective, and two objective with justification, applied to 26 special and inclusive education monitors. The results indicate that the *Mais Aprendizagem* project contributes significantly to the learning development of students with disabilities, even though most monitors do not feel prepared to perform their monitoring duties. Teachers believe that students with disabilities can learn when they have adequate support from the school and their families.

Keywords: Inclusion; Monitor; Project more learning.

Introdução

A participação de crianças com deficiência na escola é um direito e, para ser obtido, depende da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais, formação de profissionais habilitados e enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino (Brasil, 1996).

A inclusão vem inovando a modernização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas, principalmente as de nível básico, ao mostrar que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam no modo como o ensino é ministrado e como a aprendizagem é feita e avaliada. Nesse sentido, a inclusão é uma oportunidade que os alunos, pais e educadores têm para demonstrarem suas competências, seus poderes e responsabilidades sociais (Mantoan, 2003).

Conforme o edital 001/2019-SECES, o projeto *Mais Aprendizagem* visa garantir o acesso à educação de qualidade, ampliar a oferta do ensino em tempo integral, melhorar o processo de ensino-aprendizagem e consequentemente elevar os indicadores educacionais através do apoio de monitores de aprendizagem nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino (Prefeitura de Iguatu, 2019).

O monitor de educação especial e inclusiva, nesse contexto, desenvolve, em parceria com o professor, atividades voltadas para crianças, adolescentes e adultos, público da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na Educação Infantil ou Ensino Fundamental (Prefeitura de Iguatu, 2019).

O interesse por esse assunto sobreveio pela vontade de conhecer em que medida um projeto de educação especial e inclusiva contribui no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência no Ensino Fundamental no município de Iguatu – CE. A relevância dessa pesquisa é social, ao considerar o processo educacional como um todo. Além disso, possui relevância acadêmica, pois há necessidade de se investigar como ocorrem os projetos de inclusão e como atuam os monitores, a fim de identificar problemas e possíveis melhorias no ensino. Dessa forma, esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: na percepção do monitor de educação especial e inclusiva, em que medida o projeto *Mais Aprendizagem* contribui para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência?

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral compreender, na percepção do monitor de educação especial e inclusiva, em que medida o projeto *Mais Aprendizagem*, da Prefeitura de Iguatu, Ceará, contribui para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência. Em consequência, os objetivos específicos são: i) relatar contextos de aprendizagens vivenciados pelo monitor no apoio ao aluno; ii) listar, na percepção do monitor, os aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do trabalho da monitoria e iii) conhecer a autoavaliação do monitor da Educação Especial e Inclusiva quanto ao seu papel no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência.

Educação especial e inclusiva

A Declaração de Salamanca (1994) trouxe uma visão nova da Educação Especial. Ela afirma e proclama que todas as crianças são únicas nos seus interesses, habilidades e necessidades e, portanto, têm direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Destaca ainda que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (Salamanca, 1994, p. 1-2).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2013) estabelece que o poder público, por meio das instituições de ensino, deve proporcionar todas as condições necessárias à aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), perpassando por acessibilidade estrutural dos espaços físicos, profissionais habilitados e propostas pedagógicas condizentes. A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelo Decreto 6949/2009, (Brasil, 2009), em seu artigo 9º, afirma que:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, [...] (Brasil, 2009).

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III, art. 205, prevê a educação como direito de todos e o art. 208, inciso III, assegura atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Os preceitos constitucionais determinam que o público-alvo da Educação Especial deva ter seus direitos

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

efetivados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 afiança também a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e em todas as atividades de seu contexto (Brasil, 1996):

[...] delega aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar uma educação que atenda às necessidades especiais do educando – “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, professores com formações na área da educação especial e inclusiva” (Brasil, 1996, p. 44).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), deve ser assegurado às pessoas com deficiência o exercício dos direitos e liberdades fundamentais à inclusão social e cidadania, em condições de igualdade. No que se refere à educação, deve ser garantido um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A inclusão escolar de crianças com deficiência traz incertezas sobre a forma como ela aconteceu, apesar de muitas escolas se mostrarem receptivas à chegada dessas crianças. Os pais e até mesmo os educadores ainda percebem que há o despreparo ou a falta de formação para recebê-las, gerando inseguranças (Araújo; Lima, 2011). Diante disso, o processo de inclusão escolar requer uma reforma na reestruturação especializada na escola, de maneira que essa mudança permita aos alunos com necessidades educacionais especiais terem participação e acesso em todo ambiente escolar, sem restrição e isolamento (Mittler, 2003).

A inclusão é um movimento que procura oferecer equidade de oportunidades a todos. Busca que cada indivíduo estabeleça sua identidade pessoal e social, e tenha aptidão em realizar suas próprias escolhas (Carneiro, 2008). O conceito de inclusão erroneamente é confundido com a mera inserção do aluno com necessidade educacional especial na rede regular de ensino. A Educação Inclusiva efetiva-se quando o aluno é respeitado em suas potencialidades e possibilidades educacionais e, ao mesmo tempo, o docente é favorecido com as condições estruturais e pedagógicas para desenvolver seu trabalho pedagógico.

Diante disso, Mendes (2006, p. 393) esclarece que “no âmbito da educação, passou-se a defender um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência.” A inclusão total, portanto, “[...] advoga a colocação de todos os estudantes,

independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima a sua residência [...]” (Mendes, 2006, p. 394).

Desse modo, Bezerra *et al.* (2022) acreditam que os desafios a serem superados na inclusão são muitos e envolvem uma variedade de fatores, que vão desde a vontade política, considerações econômicas e financeiras, até o ensino que envolve atitudes equivocadas sobre como lidar com as particularidades dos alunos com deficiência, que exigem abordagens de aprendizagens especializadas para compreender os tempos e como esses alunos estão lidando com a forma de informação.

Os desafios para a aprendizagem inclusiva

A Educação Inclusiva deve atender as especificidades de cada criança. Para que isso se efetive, os envolvidos no processo escolar devem atuar de forma a pôr em prática uma proposta pedagógica que contemple o sucesso de todos. A Declaração de Salamanca aponta que o “desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas” (Salamanca, 1994, p. 6).

Prioste (2006) destaca que muitas das limitações perpassam pelas condições de trabalho e pelos estereótipos perante à diversidade. Ou seja, embora existam espaços compartilhados, e a escola é um deles, existe também a exclusão, tendo em vista que a subjetividade do outro é considerada estranha mesmo em um local em que deveria ser observada e acolhida. Nesse sentido, são comuns as barreiras que se impõem na operacionalização do processo inclusivo nas mais diversas escolas públicas e privadas do país que se materializam pela ausência de pessoal especializado, dificuldade frente à prática inclusiva e ineficiência nos processos (Gonçalves *et al.*, 2019).

A escola comum, local almejado para concretização da educação inclusiva, propaga para todos trabalharem para a igualdade de oportunidades e possibilidades educacionais (dentre elas, a aprendizagem), mas, de acordo com Acorsi (2009), apesar desses propósitos, na maioria das vezes, não são consideradas as diferenças dos seus sujeitos.

Diante do caminho já percorrido, de desafios e avanços, a educação e o sucesso na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular raramente são compreendidos na perspectiva inclusiva. Isso ocorre pela concepção de educação que a sociedade apresenta, fixada em condutas excludentes, quase sempre em

benefício de uma minoria privilegiada. Para Sartoretto (2013, p. 77-78), “qualquer procedimento, pedagógico ou legal, que não tenha como pressuposto o respeito à diferença e a valorização de todas as possibilidades da pessoa deficiente não é inclusão”.

Desse modo concordamos com Asbahr *et al.* (2011, p. 211), quando dizem que:

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser matriculados em classes comuns de forma equitativa, cuidando-se para não formar uma classe especial. Para tanto, sugere-se a seguinte proporção: salas de Ensino Fundamental de até trinta alunos devem abrigar, no máximo, três alunos com necessidade especiais; salas com mais de trinta alunos devem conter, no máximo, dois alunos com necessidades especiais.

É necessário que os professores busquem um novo olhar, promovendo o respeito ao aluno com deficiência para que haja condições de identificar suas potencialidades, proporcionando oportunidades diversificadas para esse aluno. Diante disso, é essencial conhecer a instituição escolar como um todo, incorporando ações coletivas para que o aluno possa, de fato, adaptar-se ou adequar-se ao saber escolar e estar incluso em sua escola sem sofrer discriminação (Costa *et al.*, 2009).

Portanto, para que a inclusão aconteça tanto no que diz respeito à sociedade quanto à escola, os professores precisam do apoio e da participação de familiares, da comunidade e de mudanças de atitude da sociedade em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais (Santana, 2005). Caso isso não aconteça, os professores sentem-se desmotivados para prosseguirem com o processo de inclusão escolar e terminam acreditando que a inclusão serve apenas para socialização e não como meio para a aprendizagem formal (Machado; Oliveira, 2016).

A escola que inclui favorece a aprendizagem de todos os alunos, removendo as barreiras que possam dificultar a apropriação e a construção de conhecimentos e saberes e requer uma nova forma de ensinar e de aprender. Além disso, implica na transformação e na reflexão da escola, que em sua essência acolhe e dá oportunidade educativa a todos (Figueiredo, 2015). Júnior *et al.* (2022) acreditam que para que o público com limitações motoras e cognitivas conduza o processo escolar de forma lucrativa, é necessário contar com profissionais de apoio, comumente conhecidos como monitores.

O projeto Mais Aprendizagem e o monitor de Educação Especial e Inclusiva

A partir da década de 90, a defesa de uma educação como direito de todos é marcada pelo surgimento de documentos legais e normativos. A presença do profissional de

apoio/monitor já é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 ao considerar a necessidade de “serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial” (Brasil, 1996, p. 19).

O processo seletivo simplificado tem objetivo de escolher interessados para desempenhar atividades de monitores de aprendizagem com vistas à formação de cadastro de reserva e contratação por tempo determinado como bolsistas, atendendo à necessidade temporária de excepcional interesse do ensino público, no âmbito da Secretaria de Educação de Iguatu - CE, nas seguintes modalidades: monitor da Educação Infantil (12 vagas); monitor de Educação Especial e Inclusiva (142 vagas); monitor de transporte escolar (02 vagas), com carga horária de 20 horas semanais, exigindo dedicação exclusiva para a devida lotação nas unidades escolares do município de Iguatu, atendendo nos turnos manhã, tarde ou noite com direito a bolsa mensal de R\$ 400,00 (Prefeitura de Iguatu, 2019).

As ações de monitoria são desenvolvidas nas unidades escolares da Educação Infantil e Ensino Fundamental, auxiliando professores e demais profissionais que atuam na educação, nas salas de aula regular, de tempo integral e multifuncionais, para acompanhar os alunos nos momentos de inclusão, recreação, reforço escolar, incentivo à leitura e atividades socioeducativas, culturais e esportivas implementadas no turno e contraturno (Prefeitura de Iguatu, 2019).

Os requisitos específicos para exercer o cargo de monitor de educação especial e inclusiva: ser do sexo feminino ou masculino, ter idade mínima de 18 anos e Ensino Médio completo.

Quadro 1: Atribuições do monitor de Educação Especial e Inclusiva

a) Acompanhar as atividades dos alunos na sala de aula regular, laboratórios, biblioteca, sala de recursos multifuncionais, trabalhos extraclasse ou atendimento domiciliar;
b) Auxiliar o aluno a se locomover por toda a unidade escolar na qual está matriculado, assegurando sua participação em todas as atividades pedagógicas desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula;
c) Dar atenção individualizada ao educando nas atividades da vida autônoma e social, ajudando na alimentação, com os hábitos de higiene (troca de fraldas, usar o banheiro adequadamente e outros), no convívio social, promovendo o bem-estar no ambiente escolar;
d) Auxiliar a criança, jovem e adulto com o uso de equipamentos, mobiliários e recursos educacionais, assim como, a transpor eventuais barreiras de acessibilidade existentes;
e) Atender peculiarmente a cada aluno, oportunizando-lhe o direito de conviver com seus pares de mesma idade, usufruindo dos direitos e deveres da sala de aula;

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

f) Contribuir com o acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nas salas comuns do ensino regular;
g) Dar suporte ao educando na execução das atividades pedagógicas propostas pelo professor (leituras, escritas, de movimentos e outras);
h) Acompanhar as necessidades de alunos que estejam sob tratamento durante o período escolar, prestando-lhes auxílio, junto com os demais profissionais da unidade, segundo orientação da família e prescrição médica;
i) Auxiliar o professor na sala de aula regular, fortalecendo o processo ensino-aprendizagem, em função de quadro clínico do aluno, viabilizando sua plena inserção em sala de aula;
j) Realizar juntamente com o professor atividades coletivas e individualizadas que visem o aprimoramento pedagógico através da leitura, interpretação e produção de textos e cálculos;
k) Contribuir com o desenvolvimento intelectual, social e coletivo de crianças, jovens e adultos criando oportunidade de igualdade com seus pares;
l) Juntamente com o professor, adaptar e adequar as atividades curriculares, extracurriculares e avaliações das crianças, jovens e adultos sob sua monitoria;
m) Informar ao professor ou núcleo gestor da unidade escolar, bem como aos responsáveis pelo educando, qualquer tipo de alteração comportamental, física ou emocional que apresente;
n) Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade desenvolvidas pelo professor e outros profissionais;
o) Executar outras tarefas correlatas às atribuições, voltadas para o público-alvo, que lhe forem determinadas pelo superior imediato;
p) Participar de eventos, cursos, encontros, formações, planejamentos e demais atividades proporcionados pela escola ou secretaria de educação;
q) Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, projetos, propostas, programas e políticas educacionais da escola;
r) Elaborar relatórios de atividades desenvolvidas junto aos alunos na data estipulada pela secretaria da educação (PREFEITURA DE IGUATU, 2019).

Fonte: Edital Processo Seletivo (2019).

Nesse sentido, o monitor de Educação Especial e Inclusiva tem contato direto com o aluno com necessidade educacional específica. Ele é importante no que se refere à esfera emocional do aluno, por isso, precisa transmitir confiança ao aluno e à família desse aluno. Também é responsável por auxiliar o aluno com deficiência no estreitamento das relações no espaço escolar. Precisa estar preparado para o desempenho de suas funções e é fundamental para o crescimento como ser humano (Aranha, 1994).

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma investigação do tipo exploratória e descritiva, com uma abordagem do tipo qualitativa. Os estudos de caráter exploratório se referem a

investigações de pesquisa empírica, cujo objetivo se baseia na formulação de questões ou de um problema com a finalidade de desenvolver hipóteses, além de aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para modificar ou clarificar conceitos (Lakatos; Marconi, 2010).

Conforme Prodanov (2013), a pesquisa descritiva possui como intuito o registro e descrição dos dados analisados sem que haja interferência por parte do pesquisador neles. Procura retratar as particularidades de uma dada população, de um evento, bem como estipular relações com outros fatos. Essa técnica possui como padrão a coleta de informações por meio de questionários e observação ordenada.

Cassel e Symon (1994 *apud* Dalfovo *et al.*, 2008) apontam as principais características da pesquisa qualitativa: foco na interpretação ao invés da quantificação; ênfase na subjetividade ao invés da objetividade; o pesquisador trabalha com situações complexas; a ênfase está no entendimento e não em um objetivo predeterminado; preocupação com o contexto.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada com 26 monitores de Educação Especial e Inclusiva do projeto *Mais Aprendizagem* das escolas da rede municipal de Iguatu – CE que participaram desse projeto nos anos anteriores, devido à pandemia da Covid-19, que causou modificações nos setores sociais, econômicos, culturais e no campo educacional.

A impossibilidade das aulas presenciais deu espaço ao ensino remoto e consequentemente não houve atividades desenvolvidas pelo projeto no ano de 2020. Segundo Souza e Ferreira (2020, p. 10):

[...] não podíamos imaginar que seríamos tão violentamente atingidos pelo Corona vírus. O espaço público de nossas vidas, e em especial das escolas, foi abortado de nosso cotidiano. Enquanto profissionais e estudantes, a vida nas escolas teve que se reconfigurar perante uma tela de computador ou outro equipamento. Como professores e estudantes somos incumbidos a remodelar as práticas para a continuidade da oferta escolar por meio do ensino remoto [...].

A coleta dos dados foi feita pela aplicação de um questionário elaborado através do *Google Forms*, composto por nove questões: cinco objetivas, duas subjetivas e duas objetivas com justificativa aos sujeitos da pesquisa. O envio foi feito através de um grupo de WhatsApp contendo 142 pessoas, porém, apenas 26 se disponibilizaram a responder. Não houve aplicação presencial para evitar a propagação do vírus causador da pandemia de Covid-19.

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

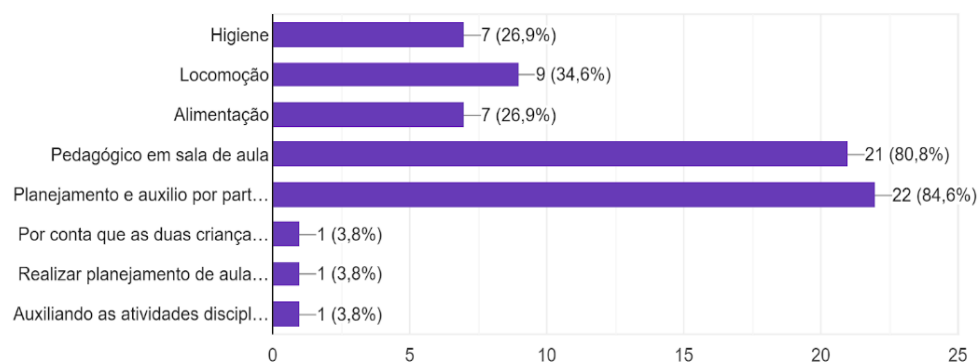
A análise qualitativa de dados foi feita a partir das respostas obtidas através dos questionários. Os resultados dessa análise foram quantificados e apresentados em gráficos que foram produzidos a partir do Microsoft Excel e Word. Assim, para os dados obtidos nas questões subjetivas, foi feita uma análise do conteúdo que consiste de um processo de análises das informações contidas em documentos na forma de discursos pronunciados em diferentes expressões: escritos, falados, imagens, gestos. É um conjunto de técnicas de investigação da comunicação. Refere-se a compreender criticamente o significado óbvio ou oculto da comunicação (Severino, 2016).

Aos participantes da pesquisa, foram assegurados o anonimato, a participação voluntária e a desistência a qualquer momento do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que contém informações sobre a pesquisa e foi devidamente explicado na abordagem ao participante que confirmou a presença dele na pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Pós-Esclarecido.

Resultados e discussão

O primeiro questionamento feito aos participantes da pesquisa foi sobre as ações específicas de apoio que desenvolveram durante o período de monitoria, sendo possível marcar mais de uma opção. Vejamos:

Figura 1: Ações específicas de apoio durante o período de monitoria



Fonte: Os autores (2022).

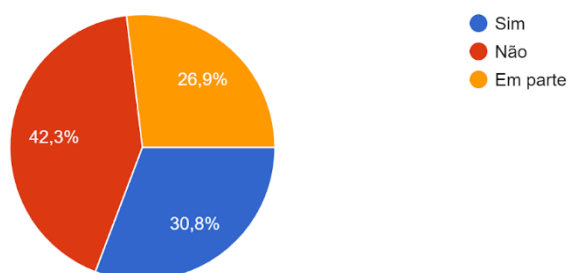
A visualização da figura acima nos permite dizer que 84,6% reconhecem que o planejamento e auxílio por parte dos professores da turma no desenvolvimento de atividades diferenciadas foi a ação específica mais frequente. Em seguida, o pedagógico em sala de aula (80,8%), a locomoção (34,6%), a higiene (26,9%), a alimentação (26,9%). Outros (3,8%)

acompanhavam duas crianças que não tinham nenhum problema cognitivo e na ausência delas auxiliavam as outras crianças que tinham baixo rendimento escolar. Além disso, realizavam o planejamento de aula e ensinavam no lugar do professor, algo completamente errado. Entretanto, se houvesse recusa em substituir o professor, a escola lhes avaliaria com péssimo desempenho no final. Os monitores auxiliavam também nas atividades disciplinares e atividades complementares.

Desde 2008, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, supõe-se que os sistemas de ensino devem “disponibilizar o monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (Brasil, 2008, p. 11). Isso justifica, então, a atuação dos monitores no Projeto *Mais Aprendizagem*.

Em seguida, os monitores foram questionados se tiveram alguma preparação para exercer a monitoria de educação especial e inclusiva (Figura 2):

Figura 2: Preparação para exercer a monitoria de educação especial e inclusiva



Fonte: A autora (2022).

Percebemos que 42,3% dos participantes afirmaram que não tiveram preparação para exercer a monitoria, 30,8% disseram que sim e 26,9% alegaram que em parte. Em justificativa para essas respostas, mesmo que a maioria dos participantes tenha relatado que não tiveram essa preparação, alguns disseram que a prefeitura oferecia encontros mensais (capacitação e formação), com duração de 4 horas cada, para propor atividades e discussão sobre a realidade vivenciada, e também cursos e palestras, mas para alguns esses encontros não eram suficientes para uma preparação adequada.

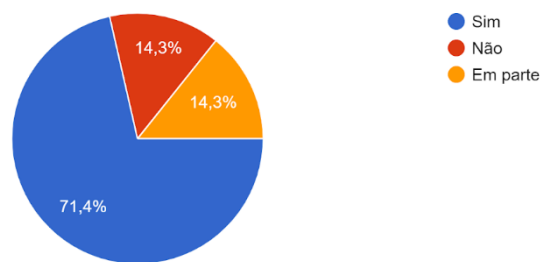
Segundo Nascimento, Silva e Martins (2014), o monitor é um importante agente de escolas especiais e escolas regulares, portanto, obviamente, eles deveriam ser treinados para

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

trabalhar na escola, para compreender as deficiências dos alunos com deficiência e dessa maneira eles compreenderiam o ensino, a aprendizagem e os métodos apropriados para desenvolver com os alunos, assim como planejar e trabalharia com os professores desenvolvendo soluções para o conteúdo.

Perante o exposto, os participantes ainda foram questionados sobre como se sentiam em relação à preparação para exercer a monitoria (Figura 3):

Figura 3: Quanto a se sentir devidamente preparado(a) para exercer a monitoria



Fonte: Os autores (2022).

Conforme se observa na figura, a maioria (71,4%) afirmou que se sentiram preparados para exercer a monitoria, 14,3% disseram que não e 14,3%, em parte. Como o monitor é responsável por ajudar os alunos com deficiência a fortalecerem as relações nos espaços escolares, é fundamental estar preparado para exercer suas funções, pois sabe-se que o crescimento humano ocorre em grupo.

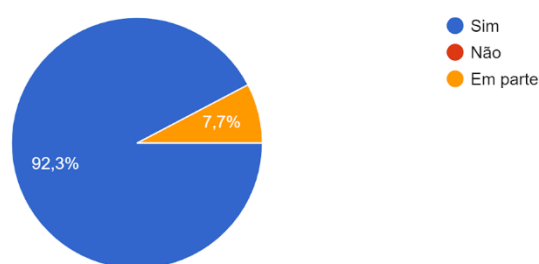
Uma vez que a ligação entre monitores e alunos com deficiência é considerada importante, faz-se necessário que eles compreendam o seu papel no processo educativo dos alunos que acompanham e estejam aptos a trabalhar com os professores da sala de aula, bem como, com os demais alunos e com outros profissionais da escola (Ferreira; Selau; Boéssio, 2021). Isto posto, ressalta-se a importância da implementação de políticas públicas que não só ofereçam vagas para monitores, mas também possibilitem formação e capacitação desses agentes da Educação Especial e Inclusiva, para que haja, de fato, uma educação para todos.

Na questão seguinte, foi perguntado se os participantes consideram que influenciaram no desenvolvimento do aluno com deficiência. Todos afirmaram que sim, justificando que são as pessoas que têm mais contato com o aluno, auxiliando na explicação e resolução das atividades, adaptando-as didaticamente para conseguir o melhor desempenho do aluno, incluindo-o no convívio com os demais alunos, pois eles devem vivenciar todas as

oportunidades dos demais estudantes e, por fim, têm uma missão de ajudar no desenvolvimento de cada educando. Por menor que seja o desenvolvimento dele, será significativo para seu aprendizado. Conforme Souza *et al.* (2017) na conclusão de sua pesquisa, o monitor também se vê como um mediador que busca ajudar na inclusão do aluno com deficiência para que este se sinta um agente no âmbito escolar.

Quando questionados sobre acreditar se é possível a aprendizagem do aluno com deficiência na educação (Figura 4), os entrevistados responderam da seguinte forma:

Figura 4: Quanto a acreditar se é possível a aprendizagem do aluno com deficiência na educação



Fonte: A autora (2022).

De acordo com a figura, 92,3% dos participantes responderam que acreditam que é possível a aprendizagem do aluno com deficiência, desde que esse aluno tenha um suporte adequado tanto por parte da escola, quanto dos pais e da família, pois cada dia é um novo aprendizado, porque toda pessoa com deficiência é capaz de aprender, mas ela precisa ser acompanhada adequadamente. O processo de aprendizagem é considerado contínuo com uma adaptação no projeto pedagógico, a inclusão na mesma atividade dos demais alunos e um olhar mais direcionado à dificuldade e particularidade de cada um, entendendo que cada pessoa tem o seu tempo de aprendizado.

A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também na composição de redes de parceria com a família e a sociedade, fortalecendo dessa forma o combate à intolerância e às barreiras comportamentais, bem como, o conhecimento da diversidade no desenvolvimento do aluno (Arruda; Almeida, 2004).

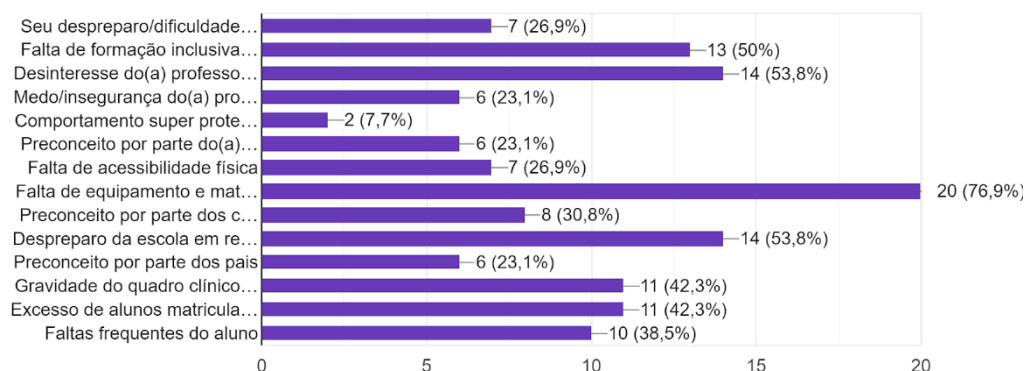
Além disso, 7,7% responderam “em parte”, pois existem alunos que não conseguem socializar, o que dificulta a sua permanência na sala. Já outros são agressivos e podem acabar ferindo algum colega ou atrapalhando a aula. Segundo Rose e Monda-Amaya (2011), os alunos

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

com deficiência podem manifestar maiores índices de comportamento agressivo e desafiador, e isso pode estar ligado ao *bullying* sofrido constantemente tanto na escola quanto na rua

Seguindo com o questionário, foi perguntado aos monitores sobre os fatores que dificultaram o trabalho da monitoria para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência (Figura 5). Nessa pergunta, foi possível marcar mais de uma alternativa.

Figura 5: Fatores que dificultaram o trabalho da monitoria para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência



Fonte: Os autores (2022).

Como se observa, a maioria dos participantes (76,9%) respondeu “a falta de equipamento e material adaptado”, 53,8%, o “despreparo da escola em relação à educação inclusiva” e também 53,8%, “o desinteresse do(a) professor(a) em ensinar ao aluno com deficiência”. Dessa forma, a falta de formação inclusiva dos professores, a insegurança de alguns e o seu despreparo para encarar essas dificuldades os levam a frustração e, ao mesmo tempo, a uma piedade para com o aluno com deficiência.

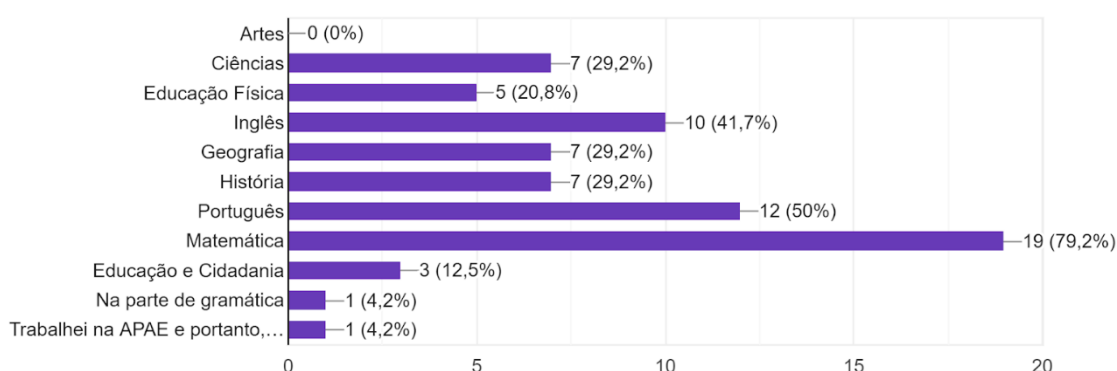
Diante disso, o professor que não sabe enfrentar esses sentimentos se sente devastado e incapaz de contribuir com os conhecimentos científicos, morais e sociais para que se cumpra o encargo da educação, independente das capacidades mental e motora dos alunos, a de formar cidadãos conscientes e críticos (Farias, 2011).

Ainda quanto aos dados, 42,3% responderam “a gravidade do quadro clínico do(a) aluno(a) (severo comprometimento das habilidades cognitivas e motoras)”, 42,3%, o excesso de alunos matriculados por turma, 38,5%, as faltas frequentes do aluno, 30,8%, o preconceito por parte dos colegas de sala do aluno com deficiência, 26,9%, a falta de acessibilidade física, 26,9%, o despreparo/dificuldade para lidar com a criança, 23,1%, medo/insegurança do(a)

professor(a) na aproximação do(a) aluno(a) com deficiência, 23,1%, o preconceito por parte do(a) professor(a), 23,1%, o preconceito por parte dos pais, e 7,7%, o comportamento superprotetor do(a) professor(a) com o(a) aluno(a) com deficiência.

De acordo com Smith e Lisa Atrick (2001), as dificuldades de aprendizagem dos alunos resultam de problemas como a falta de materiais didáticos apropriados e também como a falta de acompanhamento familiar. A participação da família na escola é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem, e mostra também que os materiais didáticos fazem a diferença no referido processo. Para compreender melhor o processo de ensino no Projeto, foi indagado aos monitores sobre as disciplinas de maior dificuldade de aprendizagem do aluno com deficiência (Figura 6):

Figura 6: Disciplinas de maior dificuldade de aprendizagem do aluno com deficiência



Fonte: A autora (2022).

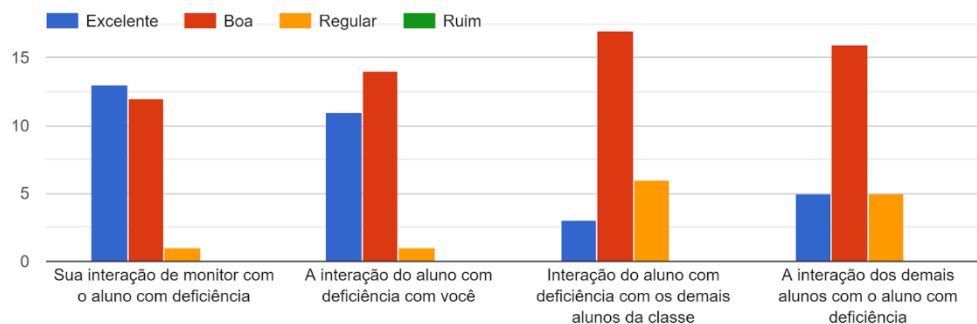
Ao observar o gráfico, pode-se dizer que 79,2% dos monitores responderam que Matemática foi a disciplina de maior dificuldade para a aprendizagem do aluno com deficiência, 50% , Português, Inglês, 41,7%, História, 29,2%, Geografia, 29,2%, Ciências, 29,2%, Educação Física, 20,8%, Educação e Cidadania, 12,5%, Gramática, 4,2% e outros 4,2% afirmaram que no local onde desenvolveram a monitoria não havia ensino regular, sendo apenas o acompanhamento ao aluno.

A Matemática é considerada pelos alunos como a disciplina mais difícil do currículo escolar, e até se torna um obstáculo na vida de muitas pessoas, muitas vezes levando a uma motivação insuficiente para o aprendizado. Ao pensar em Educação Inclusiva, a situação se agrava, pois se os alunos "normais" apresentam grandes dificuldades nos canais de comunicação (visual e auditiva), os alunos com necessidades especiais de comunicação não

estão preparados. No ensino de geometria, por exemplo, os profissionais da educação têm que lidar com esse problema específico e ainda mais (Abreu, 2013).

Quanto às interações entre os monitores e os alunos, tem-se os seguintes dados (Figura 7):

Figura 7: Quanto às interações entre monitores e alunos.



Fonte: Os autores (2022).

Segundo a figura, 50% dos monitores disseram que sua interação com o(a) aluno(a) com deficiência foi excelente, 46,2% afirmaram que a interação foi boa e 3,8%, regular. Já na interação do(a) aluno(a) com deficiência com o monitor(a), 53,8% dos monitores relataram que foi excelente, 42,3% boa e 3,8% regular. Por sua vez, a interação do(a) aluno(a) com deficiência com os(as) demais alunos(as) da classe foi considerada por 65,4% dos monitores como boa, 23,1%, regular e apenas 11,5%, excelente. Por fim, a interação dos(a) demais alunos(as) com o(a) aluno(a) com deficiência foi classificada pelos monitores como boa (61,5%), excelente (19,2%) e regular (19,2%). Nessa perspectiva, destaca-se a importância da interação, conforme apontam Cole *et al.* (2007, p. 103), referindo-se às considerações de Vigotski sobre o desenvolvimento da criança:

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança.

No contexto dessa zona de desenvolvimento proximal, é importante destacar que há diversos fatores que interferem na interação entre monitores e alunos com deficiência, como a identificação do aluno, o preparo ou não do monitor, os projetos de ensino desenvolvidos

pela instituição etc. Isso faz com que essa interação possa existir de forma que contribua significativamente para o desenvolvimento do estudante da Educação Especial e Inclusiva, não com o objetivo de criar uma relação de dependência, mas de permitir acesso e ferramentas necessárias para a formação educacional desses indivíduos.

Considerações finais

A partir da realização deste estudo, foi possível compreender, na percepção do monitor, que o projeto *Mais Aprendizagem* contribui de forma significativa no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência, mesmo que a maioria dos monitores não se sintam preparados para exercer a monitoria. O planejamento e auxílio por parte dos professores da turma no desenvolvimento de atividades diferenciadas e o pedagógico em sala de aula foram as ações específicas mais desenvolvidas pelos monitores durante o período da monitoria, mesmo não tendo preparação suficiente, ainda que a prefeitura tenha ofertado capacitação e formação em encontros mensais.

Os monitores acreditam que é possível a aprendizagem do aluno com deficiência quando ele tem um suporte adequado da escola e da família. A falta de equipamentos, materiais adaptados, e, conseqüentemente, o despreparo da escola em relação à Educação Inclusiva são alguns dos fatores que dificultaram o trabalho da monitoria no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência. Ademais, as melhores interações dos alunos com deficiência foram com os monitores e com os demais alunos da sala. Na percepção dos monitores, o projeto ajuda a melhorar a confiança dos pais ao mandarem seus filhos para a escola, além de garantir a inserção de alunos com deficiência nas escolas, garantindo, assim, a sua permanência.

Referências

ABREU, Thaís Elisa Barcelos. **O ensino de matemática para alunos com deficiência visual**. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciência e Tecnologia. Laboratório de Ciências Matemáticas II, 2013.

ACORSI, Roberta. Tenho 25 alunos e 5 inclusões. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 169-184.

ARAÚJO, Denize Arouca; LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. **Educação em Revista**, v. 27, n. 3, p. 281-303, 2011. Disponível em:

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

<https://www.scielo.br/j/edur/a/k64F9RgXdKTSVdQjk5nDM8m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **A integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. Mesa redonda; a questão da integração do deficiente. XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, SP, 1994.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar**: Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; DADICO, Luciana; ALVES, Luiz Antônio; ROMAN, Marcelo Domingues; REBELLO DE SOUZA, Marilene Proença. A conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. In: **Políticas públicas em educação**: uma análise crítica a partir da psicologia escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p.211.

BEZERRA, Wlailma Maria de Queiroz; BEZERRA, Michella Daustria de Queiroz; SILVA, Bento Duarte da. Desafios à Educação Inclusiva em uma escola da rede municipal de Maracanaú – CEARÁ. **Revista Faculdade Famen | REFFEN | ISSN 2675-0589**, v. 3, n. 1, p. 01 - 20, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.editorafamen.com.br/revista/index.php/revistafamen/article/view/84/69>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art208. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLE, Michael; JOHN-STEINER, Vera; SCRIBNER, Sylvia; SOUBERMAN, Ellen. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores – Lev Semyonovich Vigotski. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.

COSTA, Carmem Rodrigues da; SOUZA, Iara Elizabeth Redwitz de; RONCAGLIO, Sônia Maria. Atribuições prioritárias do psicólogo escolar. In: **Momentos em psicologia escolar**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2009. p. 31.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/9.1b%20metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Brasília: Corde, 1994.

FARIAS, Karoline Bonardo. **Insegurança do professor em relação à inclusão**. 2011. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica) – Escola Superior Verbo Jurídico, [s.l.], 2011.

FERREIRA, Claudete Botelho; SELAU, Bento; BOÉSSIO, Cristina. Formação de monitores de alunos com necessidades educacionais especiais. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 179-196, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/10985>. Acesso em: 09 abr. 2022.

FIGUEIREDO, Raimundo Viana. Desafios da Didática diante das Políticas de Inclusão: um novo olhar sobre o ensinar e o aprender. In: LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albino Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Didática e Prática de Ensino:** diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade. Fortaleza: CE: EDUECE, 2015. p. 1-17.

GONÇALVES, Railda; MOREIRA, Alessandro Messias; SILVA, Guaracy; SILVA, Sheldon William. Formação para inclusão da equipe pedagógica do colégio militar Dom Pedro II. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano**, UNITAU, Taubaté, v. 12, n. 3, edição 25, p. 20-32, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/539>. Acesso em: 29 ago. 2021.

JÚNIOR, Altair Alessi; CLOSS, Bruna; SOUSA, Douglas Antoni de Jesus; ALTOÉ, Solange da Silva Alves; BORDINHÃO, Thais; ROCHA, Joceli Mota Correia da. A importância do cuidador no atendimento educacional regular e especializado -(AEE). **Revista Contemporânea/Contemporary Journal**, v. 2, n. 1, p. 234-254, 2022. Acesso em:

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

<http://revistacontemporanea.com/index.php/home/article/view/81/51>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Dalva Míssias; OLIVEIRA, Elisangela Sobreira de. Inclusão escolar: estratégia docente no processo de avaliação. **Revista FAROL**, Rolim de Moura, v. 2, n. 2, p. 81-97, dez. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 389-406, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, Maria Santa Borges do; SILVA, Fernando Roberto Ferreira; MARTINS, Maria Márcia Melo de Castro. O papel do monitor como facilitador da aprendizagem do aluno com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: o que dizem os coordenadores e pedagogos?. **Anais I Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. Campina Grande: Realize Editora, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU CEARÁ. **Secretaria Educação Ciência e Ensino Superior (SECES)**. Edital Processo Seletivo. 2020. Disponível em: <https://editalconcursosbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/01/edital-processo-seletivo-iguatu-ce-2020.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRIOSTE, Claudia Dias. **Diversidade e Adversidades na Escola: queixas e conflitos de professores frente à educação inclusiva**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

ROSE, Chad; MONDA-AMAYA, Lisa; ESPELAGE, Dorothy. Bullying perpetration and victimization in special education: a review of the literature. **Remedial and Special Education**, Kansas City, v.32, n.2, p.114-30, 2011.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão: da concepção à ação. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15–25.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2016.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; FERREIRA, Lúcia Gracia. Ensino remoto emergencial e o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura no cenário da Pandemia COVID 19. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1–19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/14290>. Acesso em: 29 ago. 2025. Acesso em: 29 jan. 2022.

SOUZA, Juliana Alves de; REIS, Andrey dos Santos; RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; SANTOS, Lúcia Cristina Gomes dos. A importância do aluno apoiador no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Seminário De Projetos De Ensino** (ISSN: 2674-8134), v. 2, n.1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/spe/article/view/591>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Sobre os autores

Carolina Agostinho de Jesus

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Pós-graduada em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e Doutoranda em Educação para a Ciência e a Matemática na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

E-mail: adm.carolina.agostinho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9150-6626>

Wiron de Araújo Holanda

Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. É professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Ceará - IFCE, campus Iguatu.

E-mail: wironhol@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5123-3707>

Rodrigo Alves Silva

Graduado em Letras Português pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Doutor em Letras (área: Linguística) pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. É Professor efetivo do Ensino Básico, Técnico e

Projeto de educação especial e inclusiva mais aprendizagem: questões de aprendizagem pelo olhar do monitor

Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Acopiara.

E-mail: rodrigo.alves@ifce.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9783-5589>

Recebido em: 03/05/2024

Aceito para publicação em: 19/05/2024